


Rádios Livres e Liberdade de Expressão: Teoria e prática na América Latina e Europa

 <https://doi.org/10.56238/sevened2024.003-023>

Thiago Novaes

Doutor em Antropologia Social (UnB)

E-mail: novaes@riseup.net

RESUMO

O espectro radioelétrico é um bem público ao qual deve ser garantido um acesso complementar, para oferecimento dos serviços públicos, comerciais e comunitários, utilizando-se das tecnologias disponíveis de seu tempo. A presente pesquisa tem por objetivo descrever um conjunto de práticas de rádio que influenciaram o que hoje circunscreve o conceito de rádio comunitária, assumindo como desafio seu contraste com um projeto político autônomo, de desobediência civil, praticado por rádios livres, na Europa e na América Latina. Além de um registro histórico, o artigo pretende uma contribuição à teoria política e às políticas de comunicação de interesse da sociedade civil.

Palavras-chave: Espectro Rádioelétrico, Relação Humano-Máquina, Direitos Humanos.

1 INTRODUÇÃO¹

Podemos considerar que a primeira rádio livre mundial foi operada por Landell de Moura, em 1894, quando conseguiu transmitir sinais por meio de ondas eletromagnéticas, em Porto Alegre. Em 1899, na presença de autoridades internacionais, emitiu voz do Alto de Santana para a Av. Paulista, na cidade de São Paulo. O rádio, no entanto, é considerado oficialmente uma invenção de 1896, de Giullermo Marconi, que realizou o pedido de patente e abriu uma empresa para fabricação e venda de equipamentos². Em 1912, utilizando um dos transmissores de Marconi, o Titanic afundou e a primeira Conferência de Rádio estabeleceu, em resposta à tragédia, que o espectro radioelétrico passaria a ser administrado por governos nacionais. Após as duas grandes guerras, podemos considerar que o espectro se tornou um bem público estratégico. Predominando o modelo comercial de comunicação, em muitos países se desenvolveram iniciativas estatais e comunitárias, com leis e regulamentações específicas, mas de maneira geral, prevaleceu historicamente um afastamento da sociedade civil à apropriação direta do espectro para transmitir e receber sinais de rádio. Assumindo como horizonte tecnológico a apropriação social e massiva da radiodifusão digital, que lições poderiam ser aprendidas sobre a atuação das rádios livres para a abertura de um debate teórico e legislativo em que a liberdade de expressão fosse considerada a partir de cada uma de suas diferentes modalidades de comunicação? E em que medida o debate proposto estaria adequado à realidade tecnológica quando dedicado às possibilidades de gestão democrática, a mais abrangente possível, da infraestrutura das infraestruturas de comunicação social: o espectro radioelétrico?

O presente estudo tem interesse, portanto, na apropriação direta dos meios de comunicação a partir da seguinte reflexão sócio-técnica: considerando o crescente barateamento nos custos dos equipamentos de transmissão, e o papel que a comunicação possui na construção da esfera pública das democracias contemporâneas, de que maneira as experiências das rádios livres poderiam nos auxiliar a pensarmos em formas de ampliação do acesso da sociedade civil à comunicação social, hoje inserida em um regime de “comando e controle” de gestão que, sob pretexto de evitar “interferências”, obstrui e criminaliza o acesso não autorizado ao espectro radioelétrico?

O tema se mostra atual na medida em que um levantamento de audiência de rádio no país registra que, em 2022, cerca de 83% da população brasileira escutou rádio por quase 4 horas, todos os dias (KANTAR, 2022). Ao falamos em rádio, devemos incluir a escuta que é realizada por meio da internet, que vem aumentando, e as diferentes discussões que envolvem o consumo de informação por meio de plataformas e termos de adesão de serviços gratuitos. Eis alguns dos novos fenômenos sociais

¹ Trabalho apresentado ao Grupo de Trabalho Comunicação e Sociedade Civil da 10ª Edição do Congresso da Associação Brasileira de Pesquisadores em Comunicação e Política (10ª COMPOLÍTICA), realizado na Universidade Federal do Ceará (UFC), 09 a 10 de maio de 2023.

² As apresentações públicas das experiências de Landell de Moura antecedem as primeiras realizadas por Guglielmo Marconi, em Pontecchio, perto de Bolonha, na primavera de 1895 (SANTOS 2003).

que caracterizam a passagem da comunicação analógica para digital, que dá continuidade ao mesmo tempo em que inaugura grandes rupturas na forma de produzir, fazer circular e consumir informação nas sociedades pós-industriais.

Ao buscar refletir sobre relações humano-máquina desde uma perspectiva crítica ao modelo de progresso que prevê o avanço de automatismos, quer-se apontar para as possibilidades de desfrute tecnoestético (Simondon, 1998) em que o reparo de transmissores de rádio e demais arranjos técnicos artesanais participariam da construção de sensibilidades pós-midiáticas (Guattari apud Machado, Magri & Masagão, 1986; Berardi, 2005) junto à instalação das rádios livres. Este artigo ambiciona, assim, prestar uma contribuição tanto histórica quanto teórica à apropriação social dos meios de comunicação na virada digital e argumentar sobre um posicionamento político e uma estratégia pedagógica voltados para o presente e o futuro da gestão do espectro radioelétrico, de interesse da sociedade civil.

2 AS RÁDIOS LIVRES

Felix Guattari: “Nós temos uma expressão na França para qualificar a linguagem esclerosada, dogmática de muitos dos militantes: nós dizemos que eles falam uma “língua de pau” (“langue de bois”). Com relativo sucesso, um certo número de experiências de rádios-livres na Itália e na França, tentaram substituir esta “língua de pau” por meios de expressão adaptados aos grupos sociais reais, às minorias, às diferentes sensibilidades. Vocês também têm em mente a criação de rádios-livres, que não estejam nem sob o controle do Estado, nem dos partidos, nem de grupos comerciais?”

Lula: “Nós ainda não estamos a ponto de criar mídias alternativas! Mas penso que chegaremos lá. Somente é preciso compreender que estamos no Brasil, não na Europa. É um outro universo, uma outra formação política, uma outra experiência de luta! Mas acredito que chegaremos lá, pois é a única forma de nos liberarmos da dependência das mídias (comerciais)...” (GUATTARI, 1982, pp. 24-25).

A trajetória das rádios livres, emissoras sem fins lucrativos criadas e mantidas pela sociedade civil organizada, é muitas vezes referenciada na literatura dedicada à comunicação comunitária como um capítulo, uma fase inicial da comunicação popular dos regimes democráticos. No Brasil, rádios livres são eventualmente citadas como parte da história da radiodifusão comunitária, hoje legalizada no país, como “um importante protagonismo da apropriação juvenil, libertária e estudantil do veículo rádio a partir dos anos 1970/80” (MALERBA, 2017, p. 9), ou assim situadas:

As rádios comunitárias podem ser consideradas como um outro momento das rádios livres, pelo menos no Brasil. Elas nascem a partir da organização das rádios livres como movimento e da disseminação destas entre as classes populares, que passam a fazer uso do rádio como veículo de entretenimento e organização social. As rádios comunitárias têm como preocupação fundamental possibilitar o acesso da comunidade ao rádio, para que o veículo seja um instrumento (meio, e não fim) de mobilização e conquistas populares dentro de determinada comunidade (Cavalcanti, 2018).

Na Argentina, as rádios livres também foram criticadas por se apresentarem como “fins em si mesmas”, descritas como próprias de um movimento “anárquico”: “muchas veces, primero se salía al aire y recién después se pensaba en el mensaje” (ULANOSWIKI, 1993, p. 105). A ausência de licenças de funcionamento, no entanto, poderia ser entendida como uma escolha deliberada que, conforme se pretende apresentar, preconizava ao mesmo tempo a potência de um aprendizado tecnoestético (SIMONDON, 1998), de promoção de um imaginário de autonomia (AMORIM, 1995), que optava pela desobediência civil para denunciar e enfrentar o monopólio estatal de controle sobre o uso do espectro (NUNES, 1995; ANDRIOTTI, 2004). A legalização dessas rádios significaria, do ponto de vista de muitas pessoas que dessa participavam, retirar-lhes mesmo sua razão de existir (VIZER & LANDERSMAN, 1989, p. 56).

Embora o ano de 2021 tenha sido celebrado na França como aniversário de 40 anos do movimento das rádios livres - referindo-se, na verdade, ao ano em que foi promulgada a lei que buscava por um limite à proliferação de rádios sem licença no país - muito antes de 1981, rádio Adel, Rádio Porte Océane, FMR, REV 89 e tantas outras já transmitiam na França: na verdade, foi na década de 1920 que os primeiros transmissores começaram a operar nas ondas de rádio com vozes da Normandia. A aventura do rádio na região teria começado em 1922 com Paul Castan, o primeiro locutor da Rádio Torre Eiffel. A expansão do rádio continuaria em 1924, com Fernand Le Grand, que daria início à poderosa Radio Normandie, transmitindo programas em inglês para o público de Londres. O rádio estava prestes a se tornar futurista.

A primeira rádio livre do Estado espanhol foi a Rádio Maduixa, fundada em Granollers, em 1977, e inspirada nas primeiras rádios livres italianas do biênio 1968-69. Essas experiências foram seguidas de muitas outras, algumas das quais desapareceram por conta própria, ou foram fechadas pela polícia (como a Onda Lluire, de Barcelona ou a Onda Verde, de Zaragoza); outras ainda estão em funcionamento (como a Irola Irratia, em 107,5 FM de Bilbau). Tendo iniciado seus trabalhos em 2008 como rádio livre, a Rádio Ela operava em 100,0 FM, alcançando uma fiel audiência no entorno do PSOA Malaya, o Palácio Social Ocupado Autogerido, no coração de Madri. Por onde haja mobilização política, o histórico de rádios livres aponta que sempre haverá algum grupo a se utilizar de transmissão local de rádio para se comunicar.

A principal referência quando da eclosão das rádios livres, tanto no Brasil quanto na Argentina, pode ser atribuída às práticas ocorridas a partir de rádios livres europeias, sobretudo na França e na Itália no final dos anos de 1970. Traduzidas como “um dos frutos amadurecidos do Maio de 68” (CAVALCANTI 2018), essas experiências derivavam de um arranjo humano-máquina que entendemos ser capaz de transportar uma luta política situada em um contexto para outro, décadas seguintes. Entre os agentes de intercâmbio dessas experiências, destaca-se Felix Guattari, militante ativo da rádio livre Tomate, que visitou o Brasil no começo dos anos de 1980 e foi referência tanto para a primeira quanto

a segunda onda de rádios livres no país: em meados dos anos de 1980, seguido do famoso verão de Sorocaba, em São Paulo, com dezenas de experiências; e após a promulgação da lei de rádio comunitária no Brasil, a 9.612, em 1998, quando se organiza o rizoma de rádios livres brasileiro pela Internet, dando sequência a sucessivas participações de rádios livres no Fórum Social Mundial de Porto Alegre, no começo dos anos 2000. Embora tenha sido fechada pela polícia federal há alguns anos, ressalta-se, no contexto de chegada das tecnologias digitais de comunicação, a Rádio Muda, sediada por 30 anos no *campus* da Universidade Estadual de Campinas, em São Paulo, que chegou a ter mais de 250 programadores em seu coletivo, responsáveis por cerca de 115 programas diferentes durante a semana. Muitos de seus integrantes desse período participaram ativamente, por anos, na criação de novas rádios e no fomento à experimentação radiofônica. E os resultados desse trabalho certamente continuam a gerar frutos. Não se encerrando em uma experiência juvenil, as discussões sobre a digitalização do rádio e as novas tecnologias de gestão do espectro têm como fonte privilegiada e pública de informação a pesquisa levada adiante por alguns dos antigos programadores da Muda, hoje vivendo em diferentes partes do mundo.

O movimento de rádios livres francês, assim como o italiano, que se espalhará por toda a Europa, tem fortes vínculos com práticas alternativas àquelas trazidas por ideologias de esquerda que, desde a revolução russa, de 1917, resultaram na criação dos sindicatos e partidos políticos socialistas e comunistas em vários países. Tal como registra o manifesto da Internacional Situacionista, publicado em 1960, rádios livres se inserem em um contexto de mudança cultural que propõe a transformação na linguagem das formas, em uma prática política que não se interessa pela disputa de audiência para um conteúdo midiático, mas antes se ocupa em colocar as pessoas e suas diferenças em relação, sem separar emissor e receptor (BRECHT, 1932). Deslocando a disputa política como um enfrentamento aos conteúdos de formas antigas, esse *détournement* se apresenta como possibilidade de criação e insurgência contra as sociedades capitalistas que distribuem a miséria material e se organizam por meio do espetáculo (DEBORD, 1994): para as rádios livres, importa enfrentar sua principal ameaça, a atualização da alienação, que faz com que a vida ela mesma seja substituída pela contemplação passiva, pelo consumo da imagem, da representação, tomando o lugar social do realizar e do experimentar. Trata-se de um novo tipo de revolta (TRESPEUCH, 2009, p. 11), distinto da militância na política tradicional, impulsionando um debate sobre temas alternativos àqueles da esquerda ou mesmo da extrema esquerda: afinal, para se utilizar do microfone “não é preciso ser uma “estrela”, basta ser um cidadão” (ULANOWSKI, 1993, p. 107),

Entre os leitores de Brecht, que viam o potencial de transformação social dos meios se diluir na reprodução de uma relação alienadora de consumo de informação, destaca-se Hans Magnus Enzensberger, que escreveu uma crítica contundente aos movimentos de esquerda e seu investimento

sobre a transmissão de conteúdos para o público, mantido distante de uma efetiva experimentação sobre os meios de comunicação:

Aquele que entender as massas como objeto da política não as pode mobilizar. Ele quer distribuí-las ao acaso. Um pacote não é móvel. É apenas jogado de um lado para o outro. Marchas, colunas, desfiles imobilizam as pessoas. A propaganda que não libera a autonomia, mas a inibe, pertence ao mesmo esquema. Ela leva à despolitização (ENZENSBERGER, 2003, p. 16).

A influência de Guy Debord, junto com a revista *International Situacionista*, não se resume à promoção de práticas subversivas, que em certa medida se assemelham à desobediência civil incitada pelas rádios livres. Mais profundamente, essas experiências parecem manifestar um sentimento crítico frente à maneira como se conjugam teoria e prática, buscando reinventar essa relação. Ou seja, ao invés de despropositada, inócua ou errante, a hipótese aqui levantada visa refletir sobre a intencionalidade das rádios livres a partir de seu questionamento total, sobre como se organiza a vida na sociedade do trabalho, a participação democrática, a forma aberta de construir a comunicação local, ao mesmo tempo em que esses experimentos se fazem reconhecer internacionalmente a partir de suas táticas de atuação. Não raro, essas rádios são criadas e mantidas por grupelhos políticos agregados em torno de uma estética de programação e gestão coletiva do meio, algo que os distinguirá precisamente dos esquerdistas (TRESPEUCH, 2009, p. 15). E, diferentemente de uma precariedade ou fragilidade, tanto na Argentina, no Brasil quanto na Europa, a potência transformadora das rádios livres, argumentam, residiria precisamente na facilidade de montagem e manutenção de diferentes emissoras, para recepção gratuita e imediata de milhares de pessoas, de uma nova linguagem, assumindo uma proposta política em que cada programa, cada subgrupo de trabalho se sentisse responsável pela rádio, orientada para uma horizontalidade consensuada com objetivos voltados para a ação direta.

Em sua análise sobre o movimento das rádios livres francesas, Ivan Brscan (2005) argumenta que a luta pela “liberação das ondas mostrou que o poderio econômico é capaz de deglutir toda a iniciativa que teve por base o militantismo e o favorecimento aos oprimidos”, argumentando que nessas iniciativas teria reinado a “pura ingenuidade”. Ou seja, mais forte que qualquer movimento para se “mudar a vida” (TRESPEUCH, 2009, p. 11) ou muito além da “mudança de ritmo” sobre um rádio que reflete “a pulsação de uma sociedade organizada para satisfazer a um máximo de produção e de consumo” (SCHAFER, 1997, p. 30), há que se refletir sobre os riscos a que se expõem os que praticam desobediência civil face ao monopólio da força da aplicação da lei, que tanto promete quanto pratica a regulamentação de ações consideradas outrora perigosas e subversivas, amparadas pelo mito da interferência nas comunicações³.

3 Ver o mito da interferência de David Weinberger: <https://www.salon.com/2003/03/12/spectrum/>

Rádios livres hoje devem considerar o acesso à Internet, onde todos podem produzir, buscar e consumir informação em um mesmo plano hierárquico. No entanto, ao notar que essa comunicação se realiza em uma infraestrutura dependente de cabos submarinos, pontos de troca de tráfego e endereçamento de sites que estão sob a posse de Estados e iniciativas privadas, a questão sobre a propaganda que não libera a autonomia retorna, reconfigurada em novas e quase onipresentes redes sociais na Internet. Assim disposto, o campo da comunicação social, seja esse de caráter local, regional, nacional ou global, tem crescentemente assumido a Internet como lugar de disputa sobre as antigas formas de narrativa ocupando os novos espaços de exposição social da informação, em um processo de estruturação alienada do que poderia ser chamado de “espetáculo digital”. Se é apenas por meio de infraestruturas próprias que podemos garantir a integridade e autenticidade de nossas comunicações, o que falta para que o espectro se torne um lugar de disputa, a ser reinventado e redirecionado para os interesses da maioria?

3 RÁDIOS DO CAMPO, RÁDIOS DO MAR

A rede de escolas radiofônicas Sutatenza, na Colômbia, em 1947, é um projeto reconhecido internacionalmente, um patrimônio da humanidade justamente por permitir a participação social que marcará o ideal de construção dos projetos de rádio comunitária em todo o mundo ao longo das últimas décadas. Um projeto voltado para os moradores de áreas rurais que se utilizou de material didático combinado, de cartilhas e aulas radiofônicas, reduzindo com grande sucesso os altos índices de analfabetismo no país. Um sistema de rádio que operava em diferentes frequências e viabilizava uma educação oficial e eficaz à distância.

Outras experiências expressivas no continente foram registradas pelas rádios mineiras, na Bolívia do anos de 1950 a 1970, e possuem seu legado estudado por vasta literatura de referência. Assim como as rádios livres, o que caracterizava essas rádios de sindicatos era o fato de serem autofinanciadas, não partidárias, autogestionárias, sem publicidade comercial (MILLER, 2005).

Muito distante da América Latina, a primeira grande estação de rádio pirata foi a britânica Radio Caroline, que transmitia de um navio chamado “Mi Amigo” na costa de Essex, em 1964. A Radio Caroline rapidamente se tornou uma das estações mais populares com uma audiência de um terço do tamanho da BBC, a principal emissora do país. Porém, a mais conhecida experiência de rádio pirata foi a da Radio London, muitas vezes chamada de Big L., que influenciou a maior parte das mudanças na estética das transmissões britânicas. Na Radio London, participavam apresentadores britânicos que adotavam técnicas populares de comunicação dos EUA, marcando um ponto de virada para a BBC, que pela primeira enfrentava uma competição e se via desafiada a reavaliar seu estilo de programação. Apesar da Lei de Delitos Marítimos, a Rádio Caroline continuou a transmitir por muito tempo, regada a muito *rock’n roll* e desafiando a proibição do governo e seu monopólio de gestão sobre

o espectro, preconizando um movimento amplo de tomada do espectro que se seguiria alguns anos depois em toda a Europa.

O caso britânico é para nós exemplar. No final dos anos 1980, o governo do Reino Unido optou por um plano similar ao praticado na Europa e decidiu combater as rádios piratas oferecendo novas licenças. No entanto, isso resultou no aparecimento de uma nova onda de rádios ilegais à medida que a cena “acid house” vinha à tona. O Broadcasting Act de 1990 incentivou a diversidade no rádio e impulsionou o desenvolvimento do rádio comercial, praticando penalidades mais severas sobre aqueles que insistissem em transmissões não licenciadas, o que inicialmente levou ao declínio das rádios piratas no Reino Unido. No entanto, havia um sentimento social, partilhado, que percebia o Broadcasting Act 1990 como prejudicial às emissoras de pequeno alcance e às rádios comunitárias. Como resultado, houve um aumento no número de emissoras não licenciadas. Em 2007, a agência reguladora de radiodifusão do Reino Unido, Ofcom, concluiu haver uma aceitação pública para as rádios piratas e estimou que houvesse “cerca de 150 estações de rádio ilegais no Reino Unido”.

O serviço de radiodifusão de baixa-potência foi regulamentado nos EUA no ano 2000 e permite o uso de transmissores com até 100W de potência e uma antena a 30m do chão, sendo definido como um serviço educativo sem fins lucrativos⁴. No Reino-Unido, uma consulta pública de 2008 deu início ao estabelecimento de novas condições para acesso a uma licença de radiodifusão⁵, sendo a mais recente reforma consultada a realizada na África do Sul, em 2019, que enfatiza a efetiva participação comunitária na rádio, veiculando “programas de origem local”⁶. Na América Latina, o conceito de rádio comunitária está estabelecido dentro do escopo da complementaridade dos serviços de comunicação social, que inclui em alguns países a divisão equitativa do espectro para acesso comunitário, estatal e comercial, como Equador, Bolívia, Uruguai e Argentina. No Brasil, a eficácia da lei 9.612 que regula as rádios comunitárias é controversa, e a repressão às emissoras ilegais praticamente extinguiu o funcionamento das mesmas, como a Rádio Muda de Campinas, que teve todos os seus equipamentos apreendidos e sua porta cimentada para impedir a retomada do estúdio.

Em um estudo comparativo sobre o funcionamento de rádios comunitárias em vários países do mundo, a Unesco propõe uma definição que nos ajudará a contrastar conceitualmente com a proposta das rádios livres: “la radio comunitaria es un medio de comunicación que da la voz a los que no la tienen, que sirve como vocero de los marginados y es el corazón de la comunicación y de los procesos democráticos en las sociedades”. Ora, se pudéssemos resumir o caminho proposto para se fazer rádio livre, o primeiro passo seria justamente a tomada de consciência sobre o direito de se comunicar em contraste com a ideia de acesso concedido e mediado para liberdade de expressão. Dito de outra

4 <https://www.fcc.gov/media/radio/lpfm>

5 https://www.ofcom.org.uk/consultations-and-statements/category-2/regulation_cr

6 <https://www.icasa.org.za/legislation-and-regulations/community-broadcasting-services-regulations-2019>



maneira: rádios livres não se relacionam com o Estado de maneira a pleitear uma reforma das leis a que este as submete, mas antes seu objetivo é denunciar e renunciar ao sistema de concessões como um todo. Não se trata de rádios fora da lei, mas de rádios contra a lei.

4 A ARTE DE FAZER RÁDIO

“Ir em direção às ruas, aos prados, às selvas e campos gelados. Criar a partir de lá. Vire de cabeça para baixo todo o modelo de radiodifusão e você se surpreenderá com as ideias que surgirão de dentro de você”

Murray Schafer

Em seu manifesto, o japonês Tetsuo Kogawa nos lembra que o conceito de "radio arte" é bastante antigo, tendo surgido com os futuristas nos anos de 1930, que se utilizavam de emissoras existentes para fazer circular seu conteúdo radiofônico, artístico: “consideravam o rádio como um meio, assim como papel para livro”. Acompanhando sua ambição de reflexão estética, data desse período a publicação “La Radia – Manifesto Futurista de Outubro de 1933”, no qual Marinetti e Masnata buscavam “ampliar a interface arte-tecnologia, indo além da arte visualmente identificada, para adentrar o campo do não visível, do território abstrato da propagação de ondas, do espectro eletromagnético” (d’UGO JR. & BORTULUCCE, 2019, p. 71). Para Tetsuo, John Cage teria sido um dos primeiros artistas a utilizar a tecnologia de rádio para criar novas peças sonoras em uma arte propriamente performática, mas mesmo ele teria usado o rádio como uma ferramenta, meio para criar sua música e arte sonora. O que entendemos por fazer arte com o rádio é algo distinto.

A radioarte parte da intervenção direta no material que conhecemos como “ondas eletromagnéticas”, é uma maneira de “estar envolvido na oscilação”, agindo sobre a radiação⁷, transmitindo.

O primeiro livro sobre rádios livres publicado no Brasil (Machado, Magri & Masagão, 1986) traz o seguinte título: Rádios Livres – A reforma agrária no ar. A exemplo do livro pioneiro publicado na França, em 1978, pelo Coletivo Rádios Livres Populares, a publicação brasileira faz tanto uma reflexão sobre as experiências vividas em diferentes localidades do país – sobretudo em São Paulo -, trazendo manifestos e roteiros utilizados por programas de rádios livres, notadamente da Rádio Xilik, da qual participaram os autores. Ao final da obra, assim como na versão francesa, apresenta-se um esquema técnico para construção de transmissores, seguido do Código Brasileiro de Telecomunicações, que não deixa dúvidas sobre o caráter ilegal de uso do espectro sem concessão do Estado.

⁷ https://anarchy.translocal.jp/non-japanese/20080710AcousticSpaceIssue_7.html

Mais importante que notar a semelhança estrutural entre os livros é destacar o prefácio da obra brasileira, escrito por Felix Guattari, que lhe emprestou o seguinte título: “As rádios livres em direção a uma era pós-mídia” (Machado, Magri & Masagão, 1986, pp. 10-13). Em sua contribuição para a coletânea, Guattari destaca as diferenças econômicas entre os países europeus e nos países latino-americanos, em especial no Brasil, sugerindo que “as lutas clássicas no campo do trabalho e na arena política tradicional continuarão a desempenhar um papel importante” (op. cit., p. 10), mas que a “intervenção de uma inteligência alternativa, de práticas sociais inovadoras, como é o caso das rádios livres, parece indispensável à saúde de centenas de milhões de explorados desse continente” (op. cit., p. 10). No meio de seu texto, alerta que não se trata de um “movimento esquerdista, mesmo se são os esquerdistas os primeiros a se engajar corajosamente nessa perspectiva” (op. cit., p. 11), fazendo um apelo para que se evite “o sectarismo e a rigidez”, apontando que seria possível o estabelecimento de negociações com as autoridades, referindo-se, obviamente, ao regime de concessão e “às condições de exercício das novas mídias” (op. cit., p. 11). Porém, o final de seu texto traz uma mensagem premonitória, bastante atual para o contexto digital. Assim escreveu Felix Guattari, em 1986:

Amanhã, os bancos de dados e a cibernética colocarão em nossas mãos meios de expressão e de concertação por enquanto inimagináveis. Basta que esses meios não sejam sistematicamente recuperados pelos produtores de subjetividade capitalista, ou seja, as mídias “globais”, os manipuladores de opinião, os detentores do *star system* político. Trata-se, em suma, de preparar a entrada de movimentos de emancipação numa era pós-mídia, que acelerará a reapropriação coletiva dos meios de trabalho, mas também dos meios de produção subjetiva (op. cit., pp. 12-13).

A visão teórica de Guattari não se descola de sua experiência prática. Bernard Prince e Emmanuel Videcoq (2005) nos contam que em 1980, quando surge a Rádio Tomate, Felix e colegas participam de manifestações, entrando no ar ao vivo na rádio a partir de cabines telefônicas, além de gravarem em fitas-cassete entrevistas com transeuntes e representantes dos grupos organizadores dos eventos. Registram que o transmissor era fácil de ser consertado, e que, por isso, não se furtavam a emprestá-lo. O modelo de organização da grade de programação da rádio poderia ser descrito como de qualquer rádio autodenominada “livre” no Brasil: sem um diretor responsável, cada dia era composto de diferentes programas, e cada responsável por programa deveria viabilizar e realizar seu programa no horário combinado. Consta que quando a Rádio Tomate perde esse caráter de construção coletiva e ao mesmo tempo autônoma da grade de programação, passando a um poder centralizado de gestão do que seria veiculado na rádio, Felix rompe com a rádio (PRINCE & VIDECOQ, 2005). Além do processo associativo compartilhado na gestão dos programas e equipamentos, há ainda outras condições que nos soam importantes para permitir o desenvolvimento de relações políticas não-alienadas com os meios técnicos de comunicação.



5 CONCLUSÃO

Ao investir sobre relações específicas de apropriação de tecnologias para comunicação e livre expressão, dentro de democracias, o presente artigo pretende ter apresentado um conjunto de experiências de rádio que culminaram na descrição do que se entende por rádios livres. Tornando a disputa sobre o espectro central para a comunicação, o contraste entre diferentes modelos de rádio sugere diferentes modos de fazer política que não necessariamente se opõem, mas refletem interesses e grupos distintos. A rádio arte surge como prática emancipadora e insurgente de tomada do espectro. O rádio se reinventa e reexiste no contexto digital.



REFERÊNCIAS

ANDRIOTTI, C. D. O Movimento das Rádios Livres e Comunitárias e a Democratização dos Meios de Comunicação no Brasil. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Campinas, 2004.

BERARDI, F. Les radios libres et l'émergence d'une sensibilité post-médiatique. *Multitudes*, 21, 2005. Disponível em: <https://philpapers.org/rec/BIFLRL> Acesso em 13 Abr. 2023.

BRECHT, B. Teoria do Rádio, 1932. Disponível em: <https://we.riseup.net/assets/171767/radio-Brecht.pdf> Acesso em 14 Abr. 2023.

BRSCAN, I. M. Rádios Livres – a experiência francesa, 2011. Disponível em: <http://fotosivan-mbrscan2.blogspot.com/2011/01/radios-livres-experiencia-francesa-como.html> Acesso: 10 jan. 2019.

CAVALCANTI, M. A. P. Resistências nas Mídias a Comunicação Socializada: uma breve história das rádios livres e comunitárias no Brasil. *Periferia*, 10 (2), pp. 258-277, 2018.

CHARLOTTE, D. La Révolution des Radios Libres en Grande-Bretagne, 2021. Disponível em: <https://libertarianeurope.com/french/la-revolution-des-radios-libres-en-grande-bretagne/> Acesso em 13 Abr. 2023.

COLLECTIF RADIOS LIBRES POPULAIRES. *Les Radios Libres*. Paris: Maspero, 1978.

COSTA GÁLVEZ, L. Invisible Revolutions: Free Radio Music Programming in Barcelona, *Westminster Papers in Communication and Culture*, 12(2), pp. 37-51, 2017. doi: <https://doi.org/10.16997/wpcc.226>

DEBORD, G. *A sociedade do espetáculo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

ENSZENSBERGER, Hans Magnus. *Elementos para uma teoria dos meios de comunicação*. São Paulo: Conrad, 2003.

EUROPAPRESS, Radio Kolor canta las 40 tras cuatro décadas manteniendo la esencia comunitaria y asociativa: "La radio engancha", 2023. Disponível em: <https://www.europapress.es/castilla-lamancha/noticia-radio-kolor-canta-40-cuatro-decadas-manteniendo-esencia-comunitaria-asociativa-radio-engancha-20230222085422.html> Acesso em 5 abr. 2023.

GUATTARI, F. *Felix Guattari entrevista Lula*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1982.

JIMENEZ, C. Antenna Dilemmas: The Rise of an Indigenous-Language Low-Power Radio Station in Southern California. *Journal of Radio & Audio Media* 26(2), pp. 247–269, 2019.

LEWIS, P. M. *Rádios livres: le point de vue anglais*. In: *Rádios livres, 30 ans de FM: la parole libérée?* L'Harmattan, Paris, pp. 209-221, 2016.

KANTAR Ibope Media. *Book de Rádio 2018*. Disponível em: www.kantaribopemedia.com Acesso em 10 abr. 2023.

MALERBA, J. P. Por uma genealogia das rádios comunitárias brasileiras. In: GONÇALVES, M.; REBELLO, P. & MOREIRA, S. V. (Ed.), *O Rádio nas bordas – cartografias da radiodifusão comunitária, livre e alternativa*. *Logos*, 24 (1), pp. 8-22, 2017. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/logos/article/viewFile/30138/21327>



MARCOS, S. Las radios libres en el Estado español, 2011. Disponível em: <https://rebellion.org/las-radios-libres-en-el-estado-espanol/> Acesso em 4 abr. 2023.

MACHADO, A.; MAGRI, C. & MASAGÃO, M. Rádios livres; a reforma agrária no ar. São Paulo, Brasiliense, 1986.

MEDITSCH, E. O Elogio do Invisível pelo Mestre da Imagem: Rudolf Arnheim e o poder estético do rádio. In: MEDITSCH, E (Ed.), Teorias do Rádio: textos e contextos. Florianópolis: Insular. 2005.

MILLER, K. Las radios mineras en Bolivia hoy: mirada diagnóstica a la génesis de la comunicación popular y democrática. Punto Cero, 10 (11), Cochabamba, jul., 2005.

NUNES, M. M. Rádios Livres: o outro lado da voz do Brasil (Dissertação de mestrado), Escola de Comunicação e Artes. São Paulo, USP, 1995.

PARRA, F. Relatos sobre rádios livres e comunitárias na Europa e no Brasil por Luiz Fernando Santoro, Revista Alterjor, 9 (02), Edição 18, julho – dezembro, 2018.

PRINCE, B. & VIDECOQ, E. Félix Guattari et les agencements post-média - L'expérience de radio Tomate et du minitel Alter. Multitudes, 21 (2), 23-30, 2005. doi:10.3917/mult.021.0023.

SANTOS, C. Landell de Moura ou Marconi, quem é o pioneiro?. INTERCOM – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação XXVI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – BH/MG – 2 a 6 Sept. 2003.

SIMONDON, G. Carta a Derrida: reflexões sobre a tecno-estética. Traduzido de Réflexions sur la techno-esthétique. In: Sur la technique, Paris: Presses Universitaires de France, 2014.

El modo de existencia de los objetos técnicos. Buenos Aires: Prometeo, 2008.

Réflexions Prealables à une Refonte de L'Enseignement, 1982. Disponível em: https://monoskop.org/images/4/44/Simondon_Gilbert_Sur_la techno-esthetique_et_Reflexions_prealables_a_une_refonte_de_l_enseignement.pdf

SCHAFER, R. M. Rádio Radical. In: ZAREMBA, L. & BENTES, I. (Ed.), Rádio nova, constelações da radiofonia contemporânea. Rio de Janeiro: UFRJ, ECO, Publique, pp. 27-39, 1997.

TRESPEUCH, A. L'Internationale situationniste: d'autres horizons de révolte. Matériaux por l'Histoire de Notre Temps, 94, pp. 10-15, 2009. Disponível em: <https://www.cairn.info/revue-materiaux-pour-l-histoire-de-notre-temps-2009-2-page-10.htm>

VIZER, E. & LANDESMAN, D. Argentina: Radios Libres. Chasqui: Revista Latinoamericana de Comunicação, 32, pp. 54-57, 1989. Disponível em: <https://revistachasqui.org/index.php/chasqui/article/view/1945/1965>

ULANOVSKY, D. Brevisima historia de las radios libres. *Chasqui. Revista Latinoamericana de Comunicación*, 44, pp. 104-107, 1993. Disponível em: <https://issuu.com/chasqui/docs/name3d79c4>

D'UGO Jr., R. & BORTULUCCE, V. B. O Rádio na Estética do Futurismo Italiano: o Manifesto La Radia. Revista Lumen, v. 4, nº 7, Jan./Jun. – 2019.